

# A EXPERIÊNCIA DA UNIDADE FORMADORA DA UFGD NO PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

**Rozanna Marques Muzzi<sup>1</sup>**

**Iara Augusta da Silva<sup>2</sup>**

iara2ufms@gmail.com

**Ademir de Souza Pereira<sup>3</sup>**

**Adriana Marques de Oliveira<sup>4</sup>**

**Zaira Portela de Souza Andrade<sup>5</sup>**

**Diego Marques da Silva Medeiros<sup>6</sup>**

**Patricia Hatsue Suegama<sup>7</sup>**

---

1 Docente da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

2 Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

3 Docente da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

4 Docente efetiva na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

5 Professora de pós-graduação no Curso de Gestão e Coordenação Pedagógica no IEPAT/MS em 2014. Titular na Secretaria de Estado de Educação

6 Docente na Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

7 Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo contextualizar o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado do estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na região de Dourados, por meio da parceria entre a Universidade Federal da Grande Dourados e a Secretaria Estadual de Educação (SED/MS). O PNEM teve como prioridade oferecer formação continuada aos professores do Ensino Médio e a dinâmica teve a participação de professores das duas instituições parceiras. Ao final das etapas foram realizadas entrevistas com os professores da educação básica. Como resultado foi perceptível que as ações do programa incentivaram o trabalho coletivo dentro e fora da escola, dado que propiciaram um movimento de estudo e troca de experiências entre a universidade, a SED/MS e as escolas. Também foi estimulada a constituição de Grupos de Comunicação (redes sociais e e-mails) para tratar de questões relativas ao cotidiano escolar, das ansiedades dos professores, das dúvidas e informações sobre o PNEM.

**Palavras chaves:** PNEM, Formação de professores, troca de experiência.

**ABSTRACT:** This study aims to contextualize the Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), held in the state of Mato Grosso do Sul, specifically in the region of Dourados/MS, through of a partnership between the Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) and Secretaria Estadual de Educação (SED / MS). The PNEM had as priority to offer continuing education to high school teachers and the dynamics was attended by teachers from both partner institutions. At the end of the steps were carried out interviews with teachers of basic education. As a result, it was noticeable that the program's actions encouraged the collective work inside and outside the school, it provided a study of movement and exchange of experiences between the university, the SED / MS and schools. In addition, the materials ascending from PNEM contributed, although still incipient, for reflection and assessment of teaching practice, suggesting methodological proposals, conducting group activities, exchange of experiences among peers.

**Keywords:** PNEM, teacher training, exchange of experience

**RESUMÉN:** Este estudio tiene como meta poner en contexto el Pacto Nacional del Fortalecimiento del Ensino Médio (PNEM), que se realizó en el estado de Mato Grosso do Sul, en la región de Dourados, a través de una asociación entre la Universidad Federal de Grande Dourados y la Secretaria de Educación del Estado (SED/MS). El PNEM tenía como prioridad ofrecer educación continua para profesores del ensino médio con la participación de los profesores de ambas instituciones asociadas. Al final se entrevistó los profesores de la educación básica. Como resultado se notaba que las acciones del programa alientan el trabajo colectivo dentro y fuera de la escuela, ya que proporciona

un estudio del movimiento y el intercambio de experiencias entre la universidad, la SED/MS y escuelas. También **permitió** la constitución de grupos de comunicación (redes sociales y e-mail) para abordar cuestiones relacionadas con la rutina escolar, las preocupaciones de los profesores, preguntas e información sobre el PNEM.

**Palabras clave:** PNEM, la formación del profesorado, intercambio de experiencias;

## INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contextualizar o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), este trabalho se inicia com um breve relato histórico acerca das políticas públicas engendradas entre o final do século XX e início do século XXI. A partir dele, será possível entender a lógica, a funcionalidade e a relevância do PNEM no âmbito político e educacional brasileiro, de modo que as experiências posteriormente relatadas tenham sentido e sejam compreendidas a partir de determinados significados.

Na sociedade capitalista contemporânea em sua expressão globalizada<sup>1</sup>, o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996), tem sido objeto de preocupação dos gestores das políticas públicas educacionais tanto na esfera internacional como na nacional. As grandes Conferências Mundiais de Educação para Todos (CMET), patrocinadas pelos Organismos Internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, na última década do século XX e anos iniciais do século XXI, tiveram como objetivo principal promover a discussão sobre os rumos que a educação deveria seguir em escala global.

Tendo como referência as orientações e os acordos estabelecidos nas CMET, o Brasil, como parte integrante do contexto social internacional, passa a delinear suas políticas voltadas para a área da educação na contemporaneidade. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) tem, em seus fundamentos, o ideário que permeou a Conferência Internacional de Jomtien (Tailândia), realizada em 1990 (BRASIL, 1993) e considerada a mais emblemática das conferências empreendidas pelos organismos internacionais da época. As amplas mudanças que o Governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) procurou empreender

<sup>1</sup> Para Octavio Ianni (1997, p. 7), “[a] globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão capitalista, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamentos e voos da imaginação”.

na Educação Básica – dentre elas as implicações para o Ensino Médio – é um exemplo desse movimento reformador das políticas educacionais em âmbito mundial que teve, evidentemente, seus reflexos no Brasil.

No que tange especificamente às reformas do Ensino Médio implementadas nos anos 90 pelo governo brasileiro, pode-se ressaltar os aspectos relacionados com: (a) a reformulação do currículo, que deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) (BRASIL, 2000); (b) a busca do aumento de matrículas entre os adolescentes de 15 a 18 anos nos cursos de Ensino Médio; e (c) a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 1998). É ainda relevante acrescentar que a questão do financiamento do Ensino Médio constituiu-se, também, em um dos pontos das reformas pretendidas nessa época. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional Nº 53, de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), tem o propósito de destinar recursos para colocar em prática os programas e projetos produzidos no bojo das citadas reformas dessa etapa da educação básica.

Não se pode esquecer que as reformas educacionais previstas para o Ensino Médio estão fundamentadas em uma concepção dessa etapa da Educação Básica. Os documentos e as legislações elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação procuraram explicitar as finalidades e as características do Ensino Médio que se pretende universalizar e, em consequência, definem a configuração da organização do currículo que se quer concretizar nas escolas públicas.

Com base nos fundamentos estabelecidos pela LDBEN (BRASIL, 1996), o MEC procurou delinear novas características para o currículo do Ensino Médio com o propósito de romper com o “caráter fragmentador e informativo” do currículo em vigor anteriormente nas escolas do país. O que se pretendia era a organização de um currículo em que os conhecimentos escolares fossem tratados a partir dos princípios básicos da contextualização e da interdisciplinaridade, bem como da utilização da metodologia das competências e habilidades, de modo que fizessem sentido aos estudantes do Ensino Médio (OLIVEIRA, 2002, p. 53). Para colocar em prática o novo ideário do PCNEM (BRASIL, 2000), o Governo de Fernando Henrique Cardoso implementou, em âmbito nacional, o programa de formação de professores denominado PCN+ em Ação – Ensino Médio. Esse programa, que contou com material elaborado pelo MEC para cada área do conhecimento, visava promover orientações complementares que propiciassem uma compreensão mais efetiva da proposta curricular expressada no PCNEM.

No transcorrer da gestão do Governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Ensino Médio passa a ser objeto de debates e de formulações de políticas com o propósito de construir novos caminhos para essa etapa de ensino no país. Nesse período, os gestores do MEC buscaram redesenhar os princípios, os fundamentos teórico-metodológicos, as concepções e as dimensões (trabalho, ciência, tecnologia e cultura) do “novo Ensino Médio” brasileiro – que, até aquela época, havia ficado relegado a uma posição secundária no conjunto das políticas educacionais empreendidas pelo Estado. Durante a administração de Fernando Henrique Cardoso, as atenções estavam focadas, prioritariamente, no Ensino Fundamental.

Para participar dos debates em âmbitos nacional e local, o MEC convocou pesquisadores de renome das universidades brasileiras que estudavam a questão do Ensino Médio e, também, educadores, estudantes e representantes de governos das unidades federadas e de entidades da sociedade civil ligadas à educação. A culminância dos trabalhos voltados para a tentativa de mobilização da sociedade brasileira desenvolvidos sob a coordenação do MEC com vistas à elaboração de políticas públicas diferenciadas para o Ensino Médio ocorreu em maio de 2003, por meio do Seminário Nacional intitulado “Ensino Médio: construção Política” e da publicação de uma coletânea de textos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004).

É oportuno ressaltar que as temáticas priorizadas para debates e estudos pelos grupos de trabalho instituídos pelos gestores do MEC, de certa forma, estavam relacionadas aos pontos considerados relevantes para a formulação das diretrizes e metas que seriam implementadas durante a administração de Luiz Inácio Lula da Silva na última etapa da educação básica (o Ensino Médio). Estas são, a saber: a natureza dos sujeitos que frequentam o Ensino Médio (concepção de juventude), as diretrizes orientadoras da organização do currículo do Ensino Médio; a formação dos professores que atuam nessa etapa de ensino; a gestão democrática da escola e a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

Tendo como referência as ideias e as diretrizes traçadas (e implementadas) a partir desse movimento do Estado para redefinir os fundamentos e as características do Ensino Médio no país, nos últimos anos da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva tiveram início as discussões que culminaram com a formulação e publicação do Parecer CNE/CEB Nº 5, de 4 de maio de 2011 (BRASIL, 2011) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012), legislações que passaram a definir os objetivos, as concepções e os encaminhamentos metodológicos do currículo a ser implementado nessa etapa da Educação Básica em âmbito nacional.

Para dar continuidade ao denominado “novo Ensino Médio”, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, além da mobilização de esforços para proceder a reformulação (atualização) das diretrizes curriculares nacionais, procurou colocar em prática políticas (programas e projetos) voltadas especificamente para a formação de professores. É notório, quando se analisa os documentos e a legislação referentes às políticas públicas educacionais propostas na atualidade, que a questão da formação de professores é colocada como um dos aspectos principais com o propósito de pleitear a melhoria da qualidade da educação, em especial do Ensino Médio.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007, p. 16-17), por exemplo, não deixou de incluir a formação de professores da Educação Básica como um dos principais pontos da política educacional que se pretendeu implementar no país na época. O PDE ressalta, também, o papel fundamental da relação que se vem estabelecendo entre as instituições de Ensino Superior e as escolas da Educação Básica no intento de aprimorar as estratégias de formação dos docentes. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) foram destacados como ações de capacitação dos professores desenvolvidas com a participação efetiva de universidades públicas brasileiras.

É relevante registrar que o PNE, que tramitava pelo Congresso Nacional em forma do projeto de lei desde 2010 e que foi aprovado em junho de 2014 (BRASIL, 2014), traz entre as suas metas e estratégias uma forte preocupação com a formação inicial e continuada (e com a valorização) dos profissionais que atuam na Educação Básica.

Dando continuidade ao propósito de intensificar os programas e projetos voltados para a formação continuada dos profissionais da educação que atuam nas escolas públicas brasileiras, a Presidenta da República Dilma Rousseff (2011-2014) e o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, instituíram o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) (BRASIL, 2013c).

Mato Grosso do Sul, assim como outros estados brasileiros, realizou adesão ao PNEM com a finalidade de promover um amplo processo de formação dos professores que atuam nas escolas da Rede Estadual de Ensino. Essa adesão deu-se pela parceria firmada entre as Universidades Federais e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). Em relação à unidade formadora, as ações realizadas no programa pareceram, aos participantes, singulares e enriquecedoras, de tal modo que os relatos de suas experiências podem ser de algum valor no campo educacional. Tais relatos foram organizados e discutidos ao longo do presente trabalho.

Primeiramente, descreve-se o funcionamento do PNEM em âmbito nacional e as especificações dinâmicas e estratégicas particulares da unidade formadora UFGD; as parcerias e as interações entre os diversos atores participantes desse pacto, desde os formadores da Instituição de Ensino Superior (IES) até os professores e coordenadores, cuja formação era o objetivo final. Em seguida, trata-se dos resultados percebidos e relatados pelos atores dos mais diversos segmentos que compuseram as ações do PNEM/MS. Por fim, espera-se que este relato contribua no que se refere às propostas de formação docente continuada e, principalmente, para o trabalho de outras unidades formadoras do PNEM difundidas pelo Brasil.

## ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE O PNEM

O objetivo do PNEM é oferecer formação continuada aos professores do Ensino Médio nas 27 Unidades Federativas do Brasil. Para tanto, há a dependência da adesão das secretarias estaduais de educação, das universidades públicas e dos professores do ensino público.

Os objetivos e metas propostas pelo Documento Orientador do MEC, em parceria com as universidades e as secretarias estaduais de educação, contemplam: (a) promover a valorização do professor da rede pública estadual do Ensino Médio por meio de formação continuada; (b) refletir sobre o currículo do Ensino Médio para promover o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral; (c) superar as metas estabelecidas para o IDEB e Pisa; (d) melhorar indicadores de proficiência em Português, Matemática e Ciências; e (e) avaliar, de modo censitário, o Ensino Médio com resultados por rede e município.

A implementação da proposta do PNEM, em âmbito nacional, ocorreu por meio de seminários realizados com a presença de universidades, secretarias estaduais de educação e diretorias, consultores e avaliadores da Secretaria da Educação Básica do MEC. Na organização desses seminários estava a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que foi também a IES coordenadora de todo o processo de Formação Continuada dos Professores do Ensino Médio, entre 2012 e 2014.

O Artigo 3, que trata dos critérios e normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (BRASIL, 2013a), apresenta a organização do PNEM da seguinte maneira:

I - As Instituições de Ensino Superior (IES) formadoras, definidas pelo MEC em articulação com as secretarias estaduais e distrital de Educação, são

responsáveis pelo processo de formação; II - às IES compete a formação de formadores regionais; III – os formadores regionais são responsáveis pela formação dos orientadores de estudo; e IV – os orientadores de estudo são responsáveis pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio.

Segundo o documento orientador do PNEM, para os processos formativos a metodologia a ser adotada deverá proporcionar a reflexão sobre a prática educativa da escola, da constituição histórica de seus sujeitos, da diversidade e possibilitar o diálogo para a troca de experiências particulares. Para tal, adotou-se um método de “formação em cascata” por meio de reuniões de estudo. Nele, primeiramente, os temas gerais relacionados ao PNEM são estudados junto aos gestores e formadores das IES por meio de seminários. Em seguida, os formadores das IES realizam o estudo dos conteúdos da formação junto a “formadores regionais” – que, por sua vez, realizam o estudo junto a “orientadores de estudo” cuja função é promover uma última etapa de estudo junto aos professores e coordenadores das escolas de Ensino Básico (BRASIL, 2013b).

Quanto ao conteúdo da formação, em uma primeira etapa são trabalhados os temas: sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral; o Currículo do Ensino Médio, seus Sujeitos e o Desafio da Formação Humana Integral; Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico; Avaliação; e Áreas do Conhecimento e Integração Curricular. Uma segunda etapa do PNEM passa, então, a abordar temas disciplinares segmentados em Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática.

## **O PNEM NA UNIDADE FORMADORA DA UFGD – MATO GROSSO DO SUL**

O PNEM foi lançado oficialmente no Estado de Mato Grosso do Sul durante o I Seminário Estadual de Formação de Professores do Ensino Médio, que ocorreu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2013, com a presença de Técnicos-Pedagógicos da SED/MS, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas da Rede Estadual de Ensino e docentes de IES públicas do estado e do Instituto Federal de Campo Grande. Durante o seminário foram abordados temas relevantes ao PNEM, como: políticas educacionais direcionadas especificamente para o Ensino Médio; contextualização do Ensino Médio brasileiro: evolução de matrícula, dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA); políticas voltadas para o Ensino Médio desenvolvidas pelo MEC nos últimos anos; e aspectos relevantes do PNEM (objetivos, metas, operacio-

nalização do programa, sistema de monitoramento específico para acompanhamento das atividades, pagamento de bolsas e cronograma de atividades). O método de exposição desses temas deu-se por meio de mesas redondas e palestras realizadas pelos professores de IES e agentes da SED/MS.

Em MS, o PNEM foi operacionalizado a partir de duas unidades formadoras, a da UFMS no município de Campo Grande e da UFGD no município de Dourados. Essa segunda unidade (foco do presente trabalho) contou com a efetiva parceria da SED/MS, responsável pela gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas da rede estadual que oferecem Ensino Médio. São dessas escolas os professores e os coordenadores pedagógicos que constituíram o grupo de profissionais contemplados pelas ações do PNEM/MS.

Para realizar as formações, foram planejados e realizados seminários estaduais, reuniões técnico-pedagógicas e encontros para estudo da legislação pertinente e dos cadernos de conteúdo do PNEM produzidos pelo MEC, em parceria com a UFPR, nos anos de 2013 e 2014. A operacionalização da primeira etapa do PNEM/MS/UFGD, compreendida no período de dezembro de 2013 e agosto de 2014, teve início com a realização de uma reunião dirigida pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) da UFGD e pelo Comitê Estadual do PNEM/MS, composto por agentes da SED/MS.

A proposta era a formação de uma equipe de doze formadores das IES que iniciariam o trabalho de planejamento para o estudo junto aos formadores regionais. No entanto, um fator limitante relacionado ao acúmulo de bolsas desestimulou os docentes das IES em questão (a UFGD) a participarem do PNEM/MS, de modo que apenas seis formadores (metade das vagas) foram efetivamente vinculados ao programa. Desse modo, a unidade formadora contou com o auxílio da SED/MS, que selecionou e vinculou ao programa seis de seus agentes, considerados aptos a realizarem as ações de responsabilidade dos formadores das IES. Nesse sentido, para que os estudos junto aos formadores regionais tivessem suas propostas de qualidade mantidas (ou até aumentadas), foram propostas duplas de trabalho, compostas por um docente da UFGD e um agente da SED/MS. Foram formadas, ao todo, seis duplas de trabalho, cada uma responsável pelo estudo de um dos seis volumes que compunham o material fornecido pela UFPR em parceria com o MEC, os Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio do PNEM.

Essa primeira reunião foi oportuna para o trabalho das duplas, que realizaram o estudo de seu respectivo material e desenvolveram o planejamento do estudo a ser realizado junto aos formadores regionais. Os planejamentos elaborados foram apresentados aos grupos participantes da reunião, o que

possibilitou discussões relevantes e, conseqüentemente, a reformulação dos planos para adequá-los a uma proposta comum.

Os eventos subsequentes somaram seis encontros de estudo junto aos formadores regionais do PNEM/MS/UFGD, cada qual com duração de dois dias, sob a coordenação do COMFOR e do Comitê Estadual do PNEM. Como formadores regionais, foram elencados agentes da SED/MS considerados aptos para a função. Cada encontro foi organizado para abordar o tema proposto por um dos seis cadernos de conteúdo citado anteriormente e que constituíram o material basilar dos debates e reflexões. Deve-se ainda acrescentar que, repetidas vezes, os formadores das IES julgaram ser necessário recorrer a outros materiais didáticos e bibliografia complementar com o propósito de ampliar e enriquecer os estudos dos temas expostos pelos cadernos.

A própria Portaria Ministerial Nº 1.140 (BRASIL, 2013c), no seu Artigo 10 (parágrafo único), estabelece que: “As IES, juntamente com as secretarias estaduais e distrital de educação poderão utilizar material complementar para a formação no âmbito do Pacto, ouvidos a Coordenação Estadual”. Durante esses encontros de estudo junto aos formadores regionais, foram utilizados procedimentos metodológicos tais como: (a) exposição dialogada com o apoio de *slides*; (b) exposição e debates de vídeos; (c) leitura e reflexão de textos da literatura brasileira; (d) atividades práticas em pequenos grupos; e (e) questionamentos e argumentações no grande grupo.

Em sequência aos seis encontros supracitados, houve os encontros de estudo dos formadores regionais junto aos orientadores de estudo, e desses últimos com os professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio, fechando assim o processo formativo proposto para o PNEM. Nesses encontros, tomaram-se como modelos os procedimentos metodológicos e recursos didáticos utilizados pelos formadores das IES, mas novos formatos de estudo foram ganhando corpo de acordo com as particularidades e preferências teórico-metodológicas dos responsáveis pelos estudos de cada etapa (formadores regionais e orientadores de estudo). Os encontros de formação dos professores e coordenadores pedagógicos da unidade formativa da UFGD foram desenvolvidos em polos previamente definidos e organizados pela SED/MS nas escolas da Rede Estadual de Ensino. A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao PNEM/MS/UFGD em 2014.

Uma reunião em setembro de 2014, coordenada pelo COMFOR e pelo Comitê Estadual do PNEM, foi o marco do início da segunda etapa do PNEM/MS/UFGD. A primeira parte desse evento teve como objetivo principal discutir os cinco Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio da segunda etapa e definir os encaminhamentos da atuação dos formadores das IES nos

encontros do PNEM junto aos formadores regionais, como ainda estabelecer o número de encontros, nessa segunda etapa, em função do tempo disponível para concluir-se a execução do programa no ano de 2014. Ainda foram esclarecidas informações a respeito do II Seminário Nacional do PNEM realizado pelo MEC em parceria com a UFPR. A segunda parte dessa reunião foi dirigida aos formadores regionais e teve como finalidade tratar de questões específicas dos Encontros de Estudo aos orientadores de estudo e aos professores do Ensino Médio.

Na segunda etapa do PNEM/MS/UFGD, o estudo dos formadores das IES, junto aos formadores regionais, foi desenvolvido por meio de três encontros. Neles, além de serem retomadas questões consideradas importantes apresentadas nos cadernos da primeira etapa, foi estudado o conteúdo apresentado nos cadernos da segunda etapa, a saber: (a) aspectos da organização do trabalho pedagógico da escola, com o propósito de analisar e ressaltar a importância da participação dos professores e dos coordenadores pedagógicos nesse processo; e (b) as áreas de conhecimento que compõem o currículo do Ensino Médio. Sobre o estudo das áreas do conhecimento, os cadernos abordavam os seguintes aspectos: caracterização, contextualização e contribuição da área de conhecimento na formação do estudante; discussão sobre o jovem estudante do Ensino Médio (juventudes) e as ações curriculares que buscam valorizar suas experiências, saberes e expectativas (perspectiva dos direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano nas áreas de conhecimento); análise dos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia no âmbito dos conhecimentos dos componentes curriculares das Ciências Humanas, das Ciências da Natureza, das Linguagens e da Matemática; reflexões e sugestões de abordagens pedagógico-curriculares nas áreas de conhecimento, com ênfase no princípio da interdisciplinaridade.

Os encontros entre formadores regionais e orientadores de estudo, desses últimos junto aos professores do Ensino Médio, foram realizados entre o meio e o final do segundo semestre de 2014. Essa dinâmica ocorreu à semelhança da primeira etapa do PNEM. Para promover o fechamento das atividades do PNEM/MS/UFGD de 2014, a coordenação do programa no estado realizou o II Seminário Estadual do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Durante o primeiro dia do evento, constituíram-se grupos de trabalho formados por orientadores de estudo, professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio participantes do programa que, sob a orientação dos formadores regionais, discutiram e analisaram o processo de formação do PNEM/MS. Após os debates, cada grupo elaborou uma síntese escrita das principais ideias (pontos críticos e proposições para encaminhamentos) em forma de *slides* para serem apresentados em plenária. O segundo dia teve início com

a solenidade de abertura e a exposição de *banners* sobre as ações do PNEM desenvolvidas nos diferentes polos situados nos municípios de MS. A seguir, foi constituída a mesa de abertura do evento com a presença dos Coordenadores Institucionais do PNEM/MS, da SED/MS (e presidente do CONCED), da técnica do MEC/Secretaria de Educação Básica (SEB) e outras autoridades que representaram instituições ligadas à educação e à pesquisa. Nesse momento, foram proferidas palavras com a finalidade de contextualizar e esclarecer as ações já efetivas pelo programa durante o ano de 2014. Finalmente, foi realizada uma mesa de fechamento do II Seminário Estadual do PNFEM/MS, com a presença das coordenadoras institucionais de ambas as unidades formadoras do PNEM/MS. Na oportunidade, foi realizado um balanço geral do programa no ano de 2014, com esclarecimentos gerais que apontaram para as possibilidades de continuidade do PNEM no ano de 2015.

## **AVALIAÇÃO DO PNEM/MS/UFGD NO ANO DE 2014**

A partir deste relatório, é possível perceber que diversos momentos do PNEM/MS foram ricos em relação à avaliação do programa. Os participantes, desde os da coordenação até os da formação continuada, puderam refletir acerca das experiências vividas e relatá-las com criticidade e idoneidade. Esses momentos, tendo em vista a leitura dos resultados possivelmente gerados a partir das ações do PNEM/MS, foram oportunos para o registro, pois, por meio de relatórios e exposições audiovisuais, foi possível interpretar os resultados com proficiência e coerência.

Uma das primeiras e mais relevantes avaliações do PNEM/MS/UFGD aconteceu após a conclusão dos encontros entre formadores das IES e formadores regionais da segunda etapa. Nesse momento, realizou-se uma reunião com o objetivo de se avaliar, de modo subjetivo, as ações desenvolvidas até o momento. Nela, os gestores e formadores presentes tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões sobre PNEM/MS/UFGD, tendo como referência dois questionamentos: (a) “Qual a nossa expectativa com a operacionalização do PNEM/MS/UFGD?”; e (b) “Onde vamos chegar com o PNEM/MS/UFGD?”. Os depoimentos foram registrados, transcritos e interpretados. De modo geral, os sujeitos disseram que:

*O PNEM chegou à escola em momento oportuno, pois os professores do Ensino Médio estavam desejando formação, dado que essa etapa de ensino não vinha recebendo formação continuada de maneira sistemática. As ações do programa incentivaram o trabalho coletivo dentro da escola e fora dela, dado que propiciaram um movimento de estudo e troca de experiências entre a universidade, a SED/MS e as escolas, além de possibilitar a constituição de Grupos de Comunicação (redes sociais*

*e e-mails) entre as escolas para tratar de questões relativas ao cotidiano escolar, das ansiedades dos professores, das dúvidas e informações sobre o PNFEM, das orientações dos formadores regionais e dos orientadores de estudo e da troca de mensagens e vídeos. Ademais, propiciou a disseminação das políticas do Governo Federal para o Ensino Médio que vinham sendo discutidas em fóruns nacionais e regionais, no Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e nas Secretarias de Educação das Unidades Federadas. Diretamente para com os sujeitos em formação continuada, o PNEM contribuiu para a melhoria da postura do professor e do coordenador pedagógico, motivando-os na retomada dos estudos, reflexões e discussões sobre o Ensino Médio. Sumariamente, houve a percepção de que as formações geraram crescimento e envolvimento geral dos profissionais da educação de tal modo que o PNFEM se transformou em assunto importante dentro da escola. Para com os formadores do programa, as ações foram de grande valia para o aprendizado. O material de estudo (cadernos) foi considerado bom e as reflexões temáticas importantes para repensar o Ensino Médio em MS e no Brasil. A primeira etapa de estudo, junto aos formadores da IES, foi considerada boa, e os orientadores de estudo demonstraram motivação para o estudo e habilidade na transmissão dos conhecimentos aos profissionais da escola. O único aspecto negativo do programa foi com relação ao recurso tempo, que foi escasso, o que pode ter contribuído para alguma precarização das ações.*

Outra oportunidade avaliativa ocorreu durante o II Seminário Estadual do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. É de importante registro que nesse evento a coordenadora institucional do PNEM/MS/UFMS, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edna Dias Scrimin, ressaltou com entusiasmo, dentre outras questões, a importância da parceria estabelecida entre a universidade e as escolas com o objetivo de contribuir para o processo de formação continuada dos professores. Segundo ela, as IES já não são as mesmas após essa parceria. Além disso, os grupos de trabalhos (já citados anteriormente, formados pelos professores, coordenadores pedagógicos e orientadores de estudo) apresentaram em plenária a síntese do processo de avaliação das formações do PNEM/MS, o que revelou aspectos significativos da operacionalização do programa. Dentre os pontos apresentados, merecem destaque:

- a) os materiais usados nas formações eram dinâmicos e acessíveis, embora alguns textos e vídeos sejam muito longos e sem objetividade, além de voltados apenas para os professores (sem atividades para os estudantes), não contemplando questões regionais;
- b) o formato das formações do PNFEM/MS é adequado às condições de funcionamento das escolas, mas é necessário ajustar melhor o calendário escolar

às datas das formações para não haver prejuízo às atividades dos alunos e causar transtornos ao trabalho dos docentes;

c) o método de formação e a didática do formador foram considerados bons, embora seja necessário organizar melhor o tempo das atividades e dinamizar um pouco mais os debates;

d) as condições da escola (infraestrutura, tempo, apoio logístico e administrativo) foram adequadas à realização das formações do PNEM/MS, porém é preciso que as formações tenham continuidade e fornecimento de materiais para estudos por parte da SED/MS e das IES;

e) os materiais das formações do PNEM contribuíram para reflexão e avaliação da prática docente, embasamento teórico suficiente, sugestão de atividades dinâmicas e viáveis de aplicação, realização de atividades coletivas, troca de experiências entre os professores e sensibilização de alguns professores para a mudança de postura e uso de “boas práticas”;

f) a gestão da escola ofereceu apoio por meio da organização de horários e espaço físico dentro das possibilidades e realidade de cada escola, no entanto, é necessária a participação dos gestores durante as formações.

É relevante ressaltar que a participação dos professores e dos coordenadores pedagógicos nos encontros do PNEM/MS foi significativa, considerando o interesse em participar dos debates, realizar as tarefas propostas pelos orientadores de estudo, ler e discutir os textos dos cadernos e propor novos encaminhamentos para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido em sala de aula. Essas informações puderam ser interpretadas a partir de duas questões direcionadas aos sujeitos em formação durante os encontros junto aos orientadores de estudo: (a) “As ações do PNEM provocaram alterações na organização do trabalho desenvolvido entre professores e coordenação pedagógica?”; e (b) “As Formações do PNEM contribuíram para mudanças na prática pedagógica do professor em sala de aula?”.

Um fato interessante a ser ressaltado é o entusiasmo dos professores em relação aos encontros, pois muitos não tinham a oportunidade de discutir sobre a escola com os colegas. Alguns professores citam o fato de que é um momento único em que puderam parar as atividades escolares para discutir a própria escola. As discussões sobre os problemas relacionados a escolas da região foi tema pertinente à realidade de cada comunidade escolar. Muitos professores discutiram problemas pelos quais algumas escolas já passaram e o fato de poderem levar para a discussão uma possível solução para aquele problema. Outro fator motivador que os professores comentam é sobre a bolsa remunerada que serve como um incentivo para a formação continuada. No

entanto, a principal motivação dos professores envolvidos pareceu referir-se a fatores conceituais e práticos, como no caso da compreensão da forma de trabalharem-se projetos.

Outro dos pontos que foram ressaltados durante as discussões é a reflexão sobre o método de ensino que está sendo empregado nas escolas. Os professores apontam que é necessário inovar as atividades e fazer que as disciplinas sejam trabalhadas de forma a manterem uma relação direta com as demais, pois, dessa forma, os alunos poderão relacionar o conteúdo trabalhado na escola com situações do cotidiano. Outro ponto relevante bastante discutido nos encontros é o enfoque dado ao aluno como principal tema do contexto escolar. Alguns sujeitos expressaram a ideia de que os alunos estão inseridos em um momento em que as TIC informais cotidianas chamam mais a atenção do que as atividades escolares. Nesse âmbito, quando se comenta sobre o ensino focado no aluno, é difícil não se falar em avaliação da aprendizagem. As discussões em torno da escola tomaram conta das diferentes maneiras que os professores podem avaliar.

A importância dessa proposta de trabalho coletivo evidencia-se frente às transformações que aos poucos vão emergindo. O encontro tende a aproximar horizontes e concede a “vez” e a “voz”, pois cada um expõe seu pensamento sobre as experiências vivenciadas no contexto pessoal e profissional em um processo dialético.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNEM é um programa que figura na história de políticas públicas desenvolvidas entre o final do século XX e início do XXI. A formação continuada dos professores da Educação Básica e, em especial, de sua última etapa, o Ensino Médio, é um assunto que vem sendo amplamente discutido no âmbito acadêmico e, conseqüentemente, valorizado. O profissional docente está sujeito a uma acelerada mutabilidade de seus objetos de trabalho, principalmente no que se refere aos educandos (sujeitos do ensino) e aos conteúdos disciplinares, contexto esse que reclama por professores intelectuais, reflexivos, críticos e investigadores da própria prática de ensino (no sentido exposto por Pimenta e Ghedin, 2010). Para a constituição de professores a partir desse ideal, é necessário que o desenvolvimento profissional continue para além da licenciatura acadêmica e ocorra de modo contínuo ao longo da atuação profissional e contextualizada no *locus* do trabalho docente, que é a escola.

Como pode ser visto, o PNEM/MS/UFGD passou por experiências ímpares, conforme esse relato comprova. As dinâmicas e estratégias de funcionamento do programa em MS/UFGD tiveram muitas singularidades frente às ações

encaminhadas em outras unidades formativas e federativas. Para tanto, muitos trabalhos de discussão em grupos foram bem encaminhados e os frutos colhidos pareceram satisfatórios ao levarmos em consideração as avaliações realizadas. Deseja-se que este trabalho, em particular os depoimentos registrados, possa exercer uma influência positiva para ações de formação continuada por outros grupos, em outros lugares e tempos, em especial àqueles que estão a trabalhar com as comunidades componentes dessa etapa tão essencial ao exercício da cidadania plena no Brasil: o Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional no 53**, de 19 de dezembro de 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução no 51, de 11 de dezembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução no 2, de 30 de janeiro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Portaria MEC no 438, de 29 de maio de 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pelo Ensino Médio** – Formação de Professores do Ensino Médio – Documento Orientador Preliminar. Brasília: Ministério da Educação, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 5**, de 5 de maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Ministério da Educação**. [s.d.]. Disponível em <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>>. Acesso em 21 de maio de 2014.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: Ministério da Educação, 1993, p.67-81.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Portaria Ministerial Nº 1.140**, de 22 de novembro de 2013b.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

OLIVEIRA, D. A. O ensino médio no contexto das políticas para a educação básica. In: ZIBAS, D. M. L.; AGUIAR, M. Â. da S.; BUENO, M. S. S. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 47-69.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil** – Gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.